

Companhia Energética Manauara

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Manuara

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manuara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manuara em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão do cálculo do arrendamento mercantil, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

COMPANHIA ENERGETICA MANAUARA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.337	7.241	6.627	6.252	4.640	11.993
Depósitos bancários vinculados	5	4.646	4.453	3.448	11.583	20.123	17.002
Contas a receber	6	41.611	22.923	44.823	-	15	15
Arrendamento mercantil a receber	7	51.082	50.527	31.794	489	506	424
Adiantamentos a fornecedores	10	211	857	4.074	8.171	5.680	6.359
Impostos a recuperar	8	2.679	4.532	3.691	1.197	1.470	1.382
Estoques	8	18.495	13.789	9.440	21.706	-	5.430
Outras contas a receber	9	5.739	5.705	5.881	332	4.189	6.056
Total dos ativos circulantes		128.800	110.027	109.778	49.730	36.623	48.661
NÃO CIRCULANTES							
Depósitos bancários vinculados	5	5.632	6.815	4.641	96.756	111.126	124.276
Arrendamento mercantil a receber	7	233.756	261.463	287.375	26.862	27.951	26.384
Depósitos judiciais		500	500	500	2.859	-	-
Outras contas a receber	9	-	177	4.280	126.477	139.077	150.660
Imobilizado		5.194	4.180	4.056	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		245.082	273.135	300.852	50.000	50.000	50.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social					10.000	10.000	10.000
Reserva legal					46.831	47.958	49.516
Reservas de lucros					90.844	99.504	101.793
Ajustes de avaliação patrimonial					197.675	207.462	211.309
Total do patrimônio líquido	17						
TOTAL DOS ATIVOS		373.882	383.162	410.630	373.882	383.162	410.630
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
		373.882	383.162	410.630	373.882	383.162	410.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	41.388	56.069
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	19	(23.615)	(42.212)
LUCRO BRUTO		<u>17.773</u>	<u>13.857</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(5.394)	(4.702)
Honorários dos Administradores	19 e 21	(977)	(855)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	22	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>11.424</u>	<u>8.300</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	41.386	34.279
Despesas financeiras	20	(9.768)	(11.335)
Variação cambial líquida	20	<u>137</u>	<u>(265)</u>
Total		31.755	22.679
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>43.179</u>	<u>30.979</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	22	(15.474)	(6.111)
Diferidos	22	1.585	(1.567)
Incentivo fiscal	22	<u>8.382</u>	<u>3.912</u>
Total		(5.507)	(3.766)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>37.672</u>	<u>27.213</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>0,837</u>	<u>0,605</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.672	27.213
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>37.672</u>	<u>27.213</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva Incentivo fiscal	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva dos lucros retidos	Ajustes de avaliação patrimonial			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)									
Ajustes de exercícios anteriores		50.000	10.000	24.815	26.967	40.825	-	152.607	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	27.213	27.213	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(2.289)	2.289	-	
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	
Incentivo fiscal do imposto de renda		-	-	3.912	-	-	(3.912)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,54 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(26.968)	-	(4.092)	(26.968)	
Juros sobre o capital próprio (R\$0,09 por lote de mil ações)	17	-	-	-	21.498	-	(21.498)	(4.092)	
Transferência para reserva de lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)									
Lucro líquido do exercício		50.000	10.000	28.727	19.231	99.504	-	207.462	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	37.672	37.672	
Destinação do lucro:		-	-	-	-	(8.660)	8.660	-	
Complemento de reservas de lucros retidos		-	-	-	12.000	-	(12.000)	-	
Complemento de reservas de incentivo fiscal		-	-	8.382	-	-	(8.382)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,88 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(13.738)	-	(25.950)	(39.688)	
Juros sobre capital próprio (R\$0,17 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(7.771)	-	-	(7.771)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018									
		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>37.109</u>	<u>9.722</u>	<u>90.844</u>	<u>-</u>	<u>197.675</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		37.672	27.213
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	551	486
Variação cambial líquida	20	(137)	265
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 20	8.790	10.789
Rendimento de depósitos bancários vinculados	20	(1.085)	(1.256)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	20	(649)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(1.585)	1.655
Juros e multas a faturar		(17.110)	(8.059)
Reversão do ajuste a valor presente	20	(23.374)	(24.615)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.578)	29.959
Arrendamento mercantil a receber		51.175	31.793
Estoques		(4.706)	(4.349)
Impostos a recuperar		(10.697)	(14.144)
Despesas antecipadas e outros		790	8.405
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.750	(8.527)
Impostos a recolher		14.557	15.317
Impostos de renda e contribuição social pagos		(459)	(3.225)
Obrigações sociais e trabalhistas		(17)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(3.152)	(8.579)
Outras contas a pagar		(1.000)	(1.866)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>49.736</u>	<u>51.262</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(1.565)	(610)
Depósitos bancários vinculados		2.075	(1.923)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>510</u>	<u>(2.533)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(28.548)	(12.239)
Dividendos pagos	17	(24.587)	(35.876)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(15)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(53.150)</u>	<u>(48.115)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.904)</u>	<u>614</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	7.241	6.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4.337	7.241
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.904)</u>	<u>614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Manauara ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoeétrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A ("Amazonas GT"), anteriormente denominada como Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME").

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 85.380 kW, gerada através de cinco unidades moto geradores de 17.076 kW cada uma. Toda a energia firme gerada é transferida para a Amazonas GT, com base no contrato OC-1.820/2005 ("Contrato") firmado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Amazonas GT, sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC-06 R-1 (operações de arrendamento mercantil) e com o ICPC-03 (aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo além de haver a transferência da propriedade da usina ao final do contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 15 de março de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionada.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

No exercício corrente, a Companhia adotou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuiu a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Reapresentação dos valores correspondentes

No exercício de 2018, a Companhia reavaliou os critérios adotados na mensuração dos saldos do arrendamento mercantil a receber em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC-06 R-2 (operações de arrendamento mercantil) e identificou algumas inconsistências com o estabelecido nesta norma, razão pela qual a Companhia está reapresentando os referidos balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. Para fins comparativos, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 1º de janeiro de 2017 estão a seguir demonstrados:

Balanco patrimonial

	31 de dezembro de 2017			1º de janeiro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Arrendamento mercantil a receber	219.040	92.950	311.990	249.904	69.265	319.169
Tributos diferidos	15.246	14.175	29.421	17.203	10.563	27.766
Ajustes de avaliação patrimonial	35.977	63.527	99.504	40.825	60.968	101.793
Reserva de lucros	42.710	15.248	57.958	61.782	(2.265)	59.517

Demonstração de resultado

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Receita operacional líquida	42.046	14.023	56.069
Receitas financeiras	24.616	9.663	34.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.045	(3.612)	(1.567)

Demonstração dos fluxos de caixa

	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Lucro líquido do exercício	7.139	20.074	27.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.957	3.612	1.655
Reversão de ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	1.489	(1.489)	-
Atualização monetária do contrato de arrendamento	(16.441)	8.174	(24.615)
Arrendamento mercantil a receber	45.816	(14.023)	31.793

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, conforme descrito a seguir:

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Impactos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras não sofreram alterações relevantes com os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.</p>
Norma	CPC 47 - Receita de contratos com clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.
As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1 de janeiro de 2019.	
Norma	CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia.

A adoção dessas normas e interpretações não teve qualquer impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/12/2017</u>
Caixa e bancos	1	2	1.244
Aplicações financeiras de alta liquidez	4.336	7.239	5.383
Total	<u>4.337</u>	<u>7.241</u>	<u>6.627</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estes investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDB e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam 111,27% e 97% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros – CDI em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Banco da Amazônia S.A. - BASA	10.278	11.268	8.089
Circulante	4.646	4.453	3.448
Não circulante	5.632	6.815	4.641
Total	<u>10.278</u>	<u>11.268</u>	<u>8.089</u>

Referem-se a aplicações financeiras de curto e longo prazo, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme a nota explicativa nº 12, lastreadas em CDB remunerados à taxa equivalente a 94% do CDI em 2018 (96,29% em 2017). Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros e os respectivos valores foram classificados no ativo não circulante.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Valores a vencer	24.632	22.240	22.545
Valores a receber (*)	-	683	22.278
Valores a faturar (**)	16.979	-	-
Total	<u>41.611</u>	<u>22.923</u>	<u>44.823</u>

(*) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

(**) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à Companhia, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.979, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

7. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2017</u> (Reapresentado)
Ano de vencimento:			
2017	-	-	31.794
2018	-	50.527	50.527
2019	51.082	51.082	51.082
2020	53.294	53.294	53.294
2021 a 2025	<u>262.352</u>	<u>262.352</u>	<u>262.352</u>
Subtotal	<u>366.728</u>	<u>417.255</u>	<u>449.049</u>
Ajuste ao valor presente	<u>(81.890)</u>	<u>(105.265)</u>	<u>(129.880)</u>
Total	<u>284.838</u>	<u>311.990</u>	<u>319.169</u>
Circulante	51.082	50.527	31.794
Não circulante	<u>233.756</u>	<u>261.463</u>	<u>287.375</u>
Total	<u>284.838</u>	<u>311.990</u>	<u>319.169</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	319.169
Reversão de ajuste a valor presente	24.615
Baixa por realização	<u>(31.794)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	<u>(50.526)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>284.838</u>

8. ESTOQUES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Combustível	-	124	571
Almoxarifado de peças para manutenção	<u>18.495</u>	<u>13.665</u>	<u>8.869</u>
Total	<u>18.495</u>	<u>13.789</u>	<u>9.440</u>
Circulante	41.611	22.923	9.440
Não circulante	-	-	-
Total	<u>41.611</u>	<u>22.923</u>	<u>9.440</u>

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Eletróbrás - CCC-ISOL (a)	4.874	4.897	3.434
Pesquisa e desenvolvimento	738	774	2.044
Despesas antecipadas	100	5	380
Wartsilla Filandia O. Y. (b)	-	-	2.497
Outras contas a receber	27	206	1.806
Total	<u>5.739</u>	<u>5.882</u>	<u>10.161</u>
Circulante	5.739	5.705	5.881
Não circulante	-	177	4.280
Total	<u>5.739</u>	<u>5.882</u>	<u>10.161</u>

(a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor, e o gás natural é entregue à Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

(b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
IRPJ	1.935	1.651	1.980
IRRF	-	1.416	-
CSLL	-	716	326
PIS sobre ativo imobilizado	104	105	318
PIS sobre faturamento	9	8	-
COFINS sobre ativo imobilizado	475	481	951
COFINS sobre faturamento	40	39	-
Outros	116	116	116
Total	<u>2.679</u>	<u>4.532</u>	<u>3.691</u>
Circulante	2.679	4.532	3.691
Não circulante	-	-	-
Total	<u>2.679</u>	<u>4.532</u>	<u>3.691</u>

A COFINS e o PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Amazonas GT, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

O IRPJ e a CSLL referem-se ao saldo de pagamentos efetuados ao longo do exercício com base na estimativa de apuração, tornando-se base negativa para o exercício subsequente.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Wartsila (Brasil e Finlândia)	3.234	1.972	10.470
Petrobrás Distribuidora S.A.	1.996	2.405	1.340
Nunes Fernandes Advogados Associados	823	-	-
Outros fornecedores	199	263	183
Total	<u>6.252</u>	<u>4.640</u>	<u>11.993</u>

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>Vencimento principal</u>	<u>Taxas efetiva</u>	<u>Encargos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FNO - Sustentável (a)	Nov./25	2,94% a.a.	12	1.013	5.996	7.021	12.809
FNO - Conversão do Gás (a)	Out./26	8,5% a.a.	68	-	12.208	12.276	25.751
Debêntures - FDA (b)	Jul./27	TJLP + 1,65%	671	9.819	78.552	89.042	92.689
Subtotal			<u>751</u>	<u>10.832</u>	<u>96.756</u>	<u>108.339</u>	<u>131.249</u>
Total			<u>751</u>	<u>10.832</u>	<u>96.756</u>	<u>108.339</u>	<u>131.249</u>
Circulante			751	10.832	-	11.583	20.123
Não circulante			-	-	96.756	96.756	111.126
Total			<u>751</u>	<u>10.832</u>	<u>96.756</u>	<u>108.339</u>	<u>131.249</u>

(a) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10%, 10% e 2,94% ao ano e 15% de adimplência, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R\$39.599 foi quitado em 22 de fevereiro de 2018 e o de R\$44.214 teve seu pagamento ao longo de 2018.

(b) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de "del credere", à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007, finalizando em julho de 2027.

Movimentação dos financiamentos e das debêntures em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.002	124.276	141.278
Juros e variações monetárias provisionadas	10.789	-	10.789
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(8.579)	-	(8.579)
Transferências	13.150	(13.150)	-
Pagamentos	(12.239)	-	(12.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>20.123</u>	<u>111.126</u>	<u>131.249</u>
Juros e variações monetárias provisionadas	8.790	-	8.790
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(3.152)	-	(3.152)
Transferências	14.370	(14.370)	-
Pagamentos	(28.548)	-	(28.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>11.583</u>	<u>96.756</u>	<u>108.339</u>

Todos os financiamentos, incluindo as debêntures, são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. Os contratos do FDA e FNO para compra de máquinas para a usina termoeétrica preveem a manutenção de contas-reserva do maior serviço da dívida até o seu limite. O serviço da dívida equivale ao valor de uma prestação mensal acrescido de juros e demais encargos devidos.

O cronograma de desembolsos dos financiamentos, incluindo as debêntures, é o seguinte:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
2018	-	-	16.081
2019	-	11.460	13.583
2020	11.162	12.077	12.483
2021	12.152	12.717	12.483
2022	12.152	12.717	12.483
2023 em diante	61.290	62.155	57.163
Total	96.756	111.126	124.276

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- Deverá ser creditado na conta vinculada, no dia útil seguinte aos respectivos recebimentos, todo o produto da liquidação da cobrança das faturas.
- A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um seis avos do valor correspondente ao somatório do maior serviço da dívida FDA da escritura de debêntures deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FDA da Companhia, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor do maior serviço da dívida FDA.
- A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um seis avos do valor correspondente ao total do maior serviço da dívida FNO deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FNO, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor total do maior serviço da dívida FNO.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco da Amazônia S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoeétrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a Amazonas GT e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva "covenant"	Índice requerido	Instituição
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IRPJ - Imposto de Renda	1.231	173	173
CSLL - Contribuição Social	1.299	968	968
INSS serviços de terceiros	123	230	243
PIS - Programa de integração social	275	222	159
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.646	989	744
IRRF serviços de terceiros	305	1	959
PIS/COFINS/CSLL retidos	56	100	-
ICMS e DIFAL	3.178	2.884	2.939
Outros tributos a recolher	58	113	174
Total	8.171	5.680	6.359

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):			
Imposto de renda e contribuição social	779	(497)	(497)
PIS e COFINS diferidos	496	1.470	1.470
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	26.784	28.448	14.273
Total	28.059	29.421	15.246
Circulante	1.197	1.470	1.470
Não circulante	26.862	27.951	13.776
Total	28.059	29.421	15.246

(a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.

(b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Pesquisa e desenvolvimento	3.191	2.976	4.756
Adiantamento de clientes	-	1.213	1.098
Penalidade ANEEL	-	-	72
Outras obrigações	-	-	130
Total	<u>3.191</u>	<u>4.189</u>	<u>6.056</u>
Circulante	332	4.189	6.056
Não circulante	2.859	-	-
Total	<u>3.191</u>	<u>4.189</u>	<u>6.056</u>

16. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Essa revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota explicativa. Esses processos encontram-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como perda provável pelos seus assessores jurídicos.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44, as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações financeiras.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000, dividido em 45.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas, e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	<u>2018 e 2017</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor do capital</u>
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.000.000	30.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	18.000.000	20.000
Total	<u>45.000.000</u>	<u>50.000</u>

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Não houve constituição em 2018 tendo em vista que a reserva já atingiu o limite previsto em lei.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Devido às obrigações e aos direitos estabelecidos no contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações com Arrendamento Mercantil. O saldo mantido em ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao efeito da adoção do referido pronunciamento técnico.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, a Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$33.355 (R\$0,22 por lote de mil ações) referente a lucros a distribuir do exercício anterior, sendo R\$6.388 a título de juros sobre capital próprio previamente já autorizado e R\$26.967 de saldo de lucro do exercício de 2016 a distribuir conforme disponibilidade de caixa.

Em 2017, a Administração aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$4.092 (R\$0,09 por lote de mil ações), líquidos de impostos.

Em 30 de abril de 2018, a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária distribuiu R\$3.983 (R\$0,09 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 25 de setembro de 2018, a Companhia, através de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$25.950 (R\$0,58 por lote de mil ações) em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, dos quais já foram pagos R\$11.950.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$9.756 (R\$0,22 por lote de mil ações), referente a um complemento dos dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, dos quais ainda não foram pagos.

No exercício de 2018, a Companhia declarou, por meio de aprovações em Reuniões do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio no montante de R\$7.771 (R\$0,17 por lote de mil ações).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	37.672	7.139	34.529
Reserva de incentivos fiscais	(8.382)	(3.912)	(5.029)
Reserva legal	-	-	(1.041)
Reversão de ajustes de avaliação patrimonial	8.660	2.289	4.896
Base para dividendos	<u>37.950</u>	<u>5.516</u>	<u>33.355</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)(R\$0,21 por ação)	<u>9.488</u>	<u>1.379</u>	<u>8.339</u>

Em 2018 e 2017 em função da distribuição de lucros superior aos dividendos mínimos obrigatórios, não houve necessidade de constituição da reserva de dividendos mínimos obrigatórios.

Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.430
Dividendos propostos	31.060
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(35.876)
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	<u>(614)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Dividendos propostos	39.688
Juros sobre o capital próprio	7.771
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(24.587)
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	<u>(1.166)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>21.706</u>

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	37.672	27.213
Quantidade de ação por lote de mil	<u>45.000</u>	<u>45.000</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,837</u>	<u>0,605</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reapresentado)
Receita de venda de energia	84.594	103.176
Deduções de venda		
PIS	(1.495)	(2.227)
COFINS	(6.887)	(10.259)
ICMS	(33.942)	(33.742)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(882)	(879)
Total	<u>41.388</u>	<u>56.069</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2018	2017 (Reapresentado)
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2.856)	(2.699)
Depreciação e amortização	(551)	(486)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(179)	(153)
Custos com manutenção e operação	(21.909)	(40.899)
Custos e despesas com seguros	(976)	(397)
Despesas com viagens e comunicações	(271)	(220)
Serviços de terceiros	(206)	(125)
Assessoria e consultoria	(2.177)	(2.347)
Tributos	(265)	(357)
Outras despesas	(574)	(86)
Total	(29.964)	(47.769)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(23.615)	(42.212)
Despesas gerais e administrativas	(5.394)	(4.702)
Honorários dos Administradores	(977)	(855)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-
Total	(29.964)	(47.769)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017 (Reapresentado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.085	1.256
PIS e COFINS sobre receita financeira	(903)	(1.436)
Receita Financeira "Leasing" - CPC 06 (a)	23.374	24.615
Correção Receita Financeira "Leasing" - CPC 06 (b)	649	-
Outras receitas financeiras, líquidas	17.181	9.844
Subtotal	41.386	34.279
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(8.790)	(10.789)
Outras despesas financeiras, líquidas	(978)	(546)
Subtotal	(9.768)	(11.335)
Variações cambiais líquidas	137	(265)
Total	31.755	22.679

(a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.

(b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

21. PARTES RELACIONADAS

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$977 referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme informado na nota explicativa nº 11 a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, saldos a pagar para a Petrobras Distribuidora S.A. no montante de R\$1.996 (R\$2.405 e R\$1.340 em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017, respectivamente).

No período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Petrobras Distribuidora S.A., o montante de R\$26.874 (R\$22.759, em 2017). Tais valores são reembolsados pela Amazonas GT, tendo em vista que é dela a responsabilidade pelo combustível utilizado na geração de energia da usina.

No período findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía de adiantamento ao fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. um montante de R\$646 (R\$702 em 31 de dezembro de 2017).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.179	30.979
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(14.681)	(10.533)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	(3.520)	3.259
Despesas não dedutíveis	2.727	1.163
Subtotal	<u>(15.474)</u>	<u>(6.111)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	8.382	3.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.585</u>	<u>(1.567)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.507)</u>	<u>(3.766)</u>

(*) A Companhia possui projeto econômico-financeiro aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social: o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que o capital social mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco: a Administração da Companhia tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiras, relativas a aquisição de peças em outras moedas.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em CDBs e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório): o contrato de fornecimento de energia, enquadrado como arrendamento mercantil à luz do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, da Companhia foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível: a Companhia gera energia por meio de usina termelétrica; em uma situação extrema em que não haja oferta de óleo combustível ou gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e a aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e os contratos firmados com grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem a necessidade de redução na produção de energia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.337	-	-	-	-	4.337
Depósito bancários vinculados	4.646	-	-	-	5.632	10.278
Contas a receber de clientes	41.611	-	-	-	-	41.611
Arrendamento mercantil a receber	51.082	34.640	39.657	45.183	114.276	284.838
Outras contas a receber	5.739	-	-	-	-	5.739
Total	107.415	34.640	39.657	45.183	119.908	346.803

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	6.252	-	-	-	-	6.252
Empréstimos e financiamentos	11.583	11.162	12.152	12.152	61.290	108.339
Dividendos à pagar	21.706	-	-	-	-	21.706
Obrigações trabalhistas e sociais	489	-	-	-	-	489
Obrigações tributárias	8.171	-	-	-	-	8.171
Outras contas a pagar	332	2.859	-	-	-	3.191
Total	48.533	14.021	12.152	12.152	61.290	148.148

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de depósitos bancários vinculados e de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo			
		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	Contábil	Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	
Passivo - Empréstimos e financiamentos									
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(89.042)	(94.963)	(96.444)	(97.924)	
Total empréstimos e financiamentos					(89.042)	(94.963)	(96.444)	(97.924)	
Ativo - Depósitos bancários vinculados									
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	10.278	10.936	10.771	10.607	
Total depósitos bancários vinculados					10.278	10.936	10.771	10.607	
Receita									
Recelta de venda	Baixa do IGP-M	4,50%	3,38%	2,25%	84.594	88.401	87.449	86.497	
Total receita					84.594	88.401	87.449	86.497	
Total líquido					5.830	4.374	1.776	(820)	
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	(1.456)	(4.054)	(6.650)

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância assegurada	Valor do prêmio	Vigência
Risco operacional	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado, excluindo linhas de transmissão. Estão inclusos prédio, galpão químico, maquinário do galpão, tancagem e utilidades, unidades de apoio, equipamento de conversão de gás natural e subestação	260.000	1.428	31/03/2020
Lucro cessante	Danos causados ao resultado financeiro	40.000	-	31/03/2020
Responsabilidade civil	Danos morais e poluição súbita	5.500	16	31/03/2020

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	2018	2017
Compensação de impostos	12.550	13.303
Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos	1.536	1.036

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu R\$18.275 (sendo R\$857 referente a honorários advocatícios) referente a processo, transitado em julgado, de cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT. Desse total, R\$16.143 já haviam sido provisionados em 2018.
